

## Burocracia: dimensões sociais de leitura\*

José Gilberto de Souza\*\*

As discussões acerca da burocracia podem assumir uma leitura apenas teórico-conceitual, ou perseguir um projeto histórico analítico. A discussão neste sentido pode transcorrer as linhas do academicismo (e se emaranhar no que lhe é próprio, a burocracia, ou o saber burocrático) e neste sentido busca acertar formas aos conteúdos. Na outra, no projeto histórico analítico, e acredito ser esta nossa principal contribuição, buscar a reflexão dos conteúdos para entender as formas historicamente determinadas que a burocracia assume, formas estas concretas e ideologizadoras.

A burocracia, assim, vislumbra este universo (concreto/ideológico) à medida em que as relações objetivas dos homens no movimento estabelece formas de conservação do que está posto, ou produz relações que visam superá-lo.

Esta ambigüidade, e neste caso retomamos aqui uma esclarecedora citação de CHAUI, que afirma que "ambigüidade não é falha, defeito, carência de um sentido que seria rigoroso se fosse unívoco. Ambigüidade é a forma de existência da percepção e da cultura, percepção e cultura sendo elas, também, ambíguas constituídas não de elementos ou partes separáveis, mas de dimensões simultâneas". (1986:121/22).

É percorrendo esta dimensão que queremos pontuar a burocracia, como produto social historicamente determinado.

A burocracia tem sua origem na divisão do trabalho, uma divisão que se estabelece em vários níveis até chegar à ruptura mais concreta: a divisão entre o trabalho intelectual e manual, traduzida nas leituras de Marx, como ruptura territorialmente determinada: cidade e campo. Neste aspecto a burocracia se coloca com três conteúdos/formas básicas que percorrem as entranhas das organizações sociais:

a) a burocracia como poder de quem detém não só o conhecimento sobre a produção mas dos mecanismos que a realiza;

b) a burocracia como controle por que se estende na relação de propriedade que se estabelece na divisão do trabalho.

\* Trabalho apresentado à disciplina "História, Estado e Sociedade no Brasil", ministrada pelo prof. Dr. Jayro Gonçalves Melo no Curso de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP no segundo semestre de 1992.

\*\* Mestrando no Curso de Pós-Graduação em Geografia, desde março de 1991.

... "divisão do trabalho e propriedade privada são expressões idênticas - na primeira enuncia-se relativamente a atividade o que na segunda enuncia-se relativamente o produto desta atividade" (MARX).

A leitura da burocracia como controle traz em si a expressão do poder, e pressupõe a existência de uma instituição com "força social" (forças de coerção ou consenso, daí novamente as distinções burocráticas de autonomia social e produção social) que garante as relações diferenciadas, ou desiguais, entre os homens e a natureza.

Nas palavras de ENGELS o Estado aparece como uma força que se coloca aparentemente fora da sociedade, mas que "não é a vontade dos homens que dá ao Estado a sua estrutura, mas sim as situações objetivas das relações entre eles". (MARX)

O estado é então "produto" social do trabalho, surgiu da "autonomia crescente" de certas atividades superestruturais" (MANDEL). Percebemos então que na análise marxiana, apesar de não ter tratado especificamente sobre o tema burocracia, ela aparece como de uma mesma origem, produto das relações objetivas entre os homens, que estrutura o Estado moderno. A questão é que a leitura da burocracia como autônoma em relação à sociedade, produz uma terceira característica, como alienação.

c) burocracia como alienação é dada ao se estabelecer uma relação social hierarquizada, com papéis definidos.

Segundo MOTTA trata-se da delimitação de territórios ...(e a geografia conhece muito disto)... para pessoas e departamentos, além de que esta separação no nível da atividade o trabalhador não deve defini-la. Deve executar na função segundo suas formas definidas, presentes em sua descrição, há a separação do tempo de atividade. O tempo é um dado quantificado, dividido, regulador da conduta".

Neste sentido as questões pontuadas possibilitam entender porque algumas leituras sobre burocracia buscam-na como autônoma, independente e técnica, como se fosse possível execrá-la ou enaltecê-la. Compreender sem mediar as implicações decorrentes da vida, do cotidiano e do trabalho dos homens, aproximando então burocracia e Estado não pela sua estrutura etimológica (escritório-poder).

Mas é então a burocracia que media as relações entre os homens, a serviço do Estado/classe? O "imbróglio" classe e Estado, é na burocracia que se estabelece e nela se procura dissimular esta relação.

Atentemos que a burocracia media as relações estado/classe com a sociedade, e só é através dela que se pode entender o Estado em separado da sociedade, ou seja só é possível através dela fazer a distinção entre estes dois momentos/movimentos da construção histórica dos homens.

A burocracia é então um corpo sólido colocado sob nossas cabeças? Na verdade acreditamos que não, compreendemos a burocracia como determinações nas

relações entre as pessoas, no trabalho, na escola, na igreja, com objetivos claros, mas que não são tão precisos, porque são determinações sociais.

O que queremos afirmar com isso? Afirmamos então que resgatando a leitura de Althusser e nesta análise ele permite a construção teórico-conceitual de burocracia como autônoma, independente em relação aos movimentos sociais, porque Althusser determinava que todas as instituições sociais figuravam única e exclusivamente como Aparelhos Ideológicos de Estado.

Althusser não reconhece o movimento, e esta concepção encontrou ressonância em muitas leituras críticas acerca da escola, a chamada corrente crítico-~~pedagógica~~ ~~pedagógica~~, estabelecendo um papel mais político que político-pedagógico-dentro da ~~escola~~ ~~escola~~, sobretudo nos idos de 60/70.

Esta leitura althusseriana do Estado e conseqüentemente da sociedade, se ~~no~~ ~~assumimos~~ como uma totalidade (não unidade), percorre uma estrutura de ~~controle~~ ~~controle~~ que não permite o outro, o movimento, a contradição. Neste sentido vale ~~destacar~~ ~~destacar~~ a compreensão de Paul Veyne (apud VESENTINI) sobre a questão das ~~instituições~~ ~~instituições~~. "É preciso partir do ponto de vista global, quer dizer, das práticas sucessivas, ~~pois~~ ~~pois~~ segundo as épocas, a mesma instituição servirá funções diferentes e inversamente".

A escola se apresenta como uma das instituições que carregam em seu ~~interior~~ ~~interior~~ o caráter de antiteticidade (1), por apresentar-se não como uma simples reprodutora de modelos de comportamentos, saberes e estruturação, relações que nela se ~~estabelecem~~ ~~estabelecem~~, falamos então de um embate qualitativo e quantitativo, as intervenções ~~burocratizadas~~ ~~burocratizadas~~ da escola estabelecem um espaço de reflexão e aprendizado. Destacamos ~~então~~ ~~então~~ a importância da compreensão gramsciana sobre a escola, ao enxergar nela, como ~~escola~~ ~~escola~~ unitária a possibilidade de produção de intelectuais orgânicos. (2).

A escola é uma estrutura mediadora das intervenções do Estado/classe, ~~portanto~~ ~~portanto~~ burocratizada, mas não autônoma, e tão pouco estática, podendo então produzir o outro. (3)

É neste aspecto então que a burocracia figura como democrática porque não se coloca de forma independente ao conjunto maior da sociedade e por isso pode permitir não só a reprodução das condições existentes mas recria condições objetivas de superá-las.

A questão que se coloca então é: em qual estágio de independência da burocracia ela não permite espaços de superação? É um tanto complicado responder esta questão, mas observamos que nos extremos do totalitarismo e das sociedades ~~militarizadas~~ ~~militarizadas~~, porque as hierarquias e as funções/papéis sociais são tão rígidos, o controle extrapola as relações normais de intervenção da burocracia (escola, fábrica, igreja) e penetra nos domínios interpessoais. Parece-nos que somente nestes estágios a burocracia ganha um corpo tão independente da sociedade porque se torna ela mesma, mais do que o

Estado a própria forma de reprodução e vida social dos homens. Neste estágio parece-nos que não temos a constituição de um simples Estado/classe, mas um grupo social que recebe uma função específica da classe econômica/ideologicamente dominante de manter o domínio, a coerção e o poder, soltando por todos os "poros" sociais o terror. Exemplos clássicos, compreendo: o Brasil militarizado, além das expressões máximas do fascismo, do estalinismo e do nazismo.

A questão que se coloca é que superação das formas burocratizadas através delas só é possível porque se revela como lógica orgânica, institucionalizada, não estabelecendo possibilidades de ruptura. É por isto que ela figura como democrática, porque estabelece trâmites de consenso que assegurem a visualização terminal de qualquer processo de mudança, de produção do outro. A existência de qualquer possibilidade de perda de controle se não se produz dentro desta mesma dimensão burocratizada, o controle, este se estabelece pela intervenção de outra instância, esta que garantirá a ordem e a segurança, como p. ex. o aparato policial e militar.

A burocracia é e se apóia na estrutura técnica, porque nasce do controle da produção, emerge da fábrica. Esta construção das formas burocráticas é a mesma que constitui a escola, constituída da mesma visão do mundo, da eficiência, da produção sob o controle, eliminando e transferindo poderes.

A escola-fábrica, então, tem uma forma de alienação do trabalho não apenas pelos trâmites da administração escolar, mas por engendrar dimensões/conteúdos/formas de intervenção burocrática neste espaço.

Quais os apontamentos do professor no tocante à alienação do trabalho? Qual produto se estabelece no processo ensino aprendizagem, em particular o de geografia? Tem o professor formação especializada na "divisão do conhecimento" que lhe compete?

Quais as determinações de poder no trabalho pedagógico? Nas relações com os alunos e com a estrutura hierarquizada da escola (direção/supervisão)?

Quais as formas de controle que o professor detém sobre o seu trabalho? Como se espelha isto na sua formação e prática docente e nas relações hierarquizadas da escola?

As respostas são os embates travados no cotidiano escolar. Mas é evidente que a administração escolar media relações de controle, poder e alienação do Estado na prática docente. Estes processos são verificáveis no estabelecimento dos currículos mínimos dos cursos de graduação, na determinação dos conteúdos escolares, na sala de aula, nos salários e nas jornadas. Em tudo mais...

Estamos cercados? Talvez... Mas quem pode dominar uma metodologia que se propõe radical, de conteúdo e de conjunto?

Entendendo por radical por estabelecer análises que percorram as raízes do problema. Por conteúdo uma fundamentação histórica destas circunstâncias, reveladora, ~~parcial~~ das suas próprias contradições. E por conjunto uma relação de ensino e ~~aprendizado~~ que percorra o técnico, o político e o pedagógico.

Para finalizar colocamo-nos frente ao impasse: a burocracia é o mal necessário? A resposta está no pedagógico, do como construímos no processo ensino-aprendizagem o conceito de autonomia, autonomia do trabalho, da produção (e não necessitamos adjetivá-los), não somente no consumo como postulam as leis das fábricas.

## NOTAS

1. O termo é de Lukács em Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais em Marx.
2. Antonio Gramsci: Os intelectuais e a organização da cultura.
3. O outro não pressupõe a idéia de valor, ao contrário do novo que carrega a velocidade do moderno e, por sua vez, a idéia implícita de perfeito ou de melhor como "estágio" avançado.

## Bibliografia

01. ALTHUSSER, L. Aparelhos ideológicos de Estado.
02. GHAUI, M.S. Conformismo e resistência.
03. ENGELS, F. Origem da família da propriedade privada e do estado.
04. MANDEL, E. Capitalismo tardio.
05. MARX, K. Formações econômicas pré-capitalistas.
06. MOTTA, F.C.P. O que é burocracia.
07. PARO, V.H. Administração escolar: introdução crítica.
08. TRATEMBERG, M. Burocracia e Ideologia.
09. VESENTINI, J.W. O método e a práxis (notas polêmicas sobre geografia tradicional e geografia crítica. In. Revista Terra Livre n. 02. O ensino de geografia em questão.